

**SMF**

PORTARIA Nº 14 DE 11 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE O USO DE LIVROS FISCAIS, NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A PORTARIA Nº 23 DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, nos termos do inciso II do artigo 12, da Lei Complementar nº 751, de 15 de março de 2023, com fundamento nos artigos, 7º, 8º, 25 e 27, §1º da Lei nº 1448, de 1º de dezembro de 1966 e no artigo 31 do Decreto nº 20.273, de 1º de abril de 2023,  
**RESOLVE:**

**TÍTULO I****CAPÍTULO I  
DO LIVRO FISCAL**

Art. 1º As pessoas jurídicas, sujeitas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, ficam obrigadas a manter em cada um de seus estabelecimentos, o Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência.

§ 1º O Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência é destinado ao registro das notas fiscais utilizadas pelo estabelecimento, bem como para lavratura do Termo de início de ação fiscal e de ocorrência, pela fiscalização municipal.

§ 2º O Fisco poderá, no interesse da arrecadação e mediante a autorização expressa, admitir adaptação no livro fiscal, sob as condições que estipular.

Art. 2º O livro de que trata o artigo anterior será impresso em folhas numeradas tipograficamente em ordem crescente.

Art. 3º O livro fiscal tratado nesta Portaria, deverá ser autenticado pela repartição fiscal competente, antes de sua utilização.

Art. 4º O contribuinte eventual poderá ser dispensado do uso do livro de que trata esta Portaria, a juízo da Diretoria de Fiscalização e Lançamento Tributário, ou por outro setor integrado àquela estrutura.

Parágrafo Único - Os demais contribuintes poderão ser dispensados do uso do Livro de Registro e Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência desde que, efetuando operações mistas, possuam um livro similar, devidamente autenticado pelo Fisco Estadual.

Art. 5º O Livro de Registro e Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência Fiscal será de exibição obrigatória à Fiscalização Municipal e deverá ser conservado no arquivo do contribuinte pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do encerramento da escrituração.

**CAPÍTULO II  
DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS**

Art. 6º A Nota Fiscal de Serviços é o comprovante da natureza e do valor do serviço prestado, de emissão obrigatória e expedida pelo contribuinte do Imposto.

Art. 7º Os promotores de diversões públicas deverão emitir bilhetes de ingresso, em substituição a nota fiscal de serviço, mediante prévia autorização do Fisco Municipal, por meio da AIDF, segundo art. 8º desta Portaria.

§ 1º Além das características de interesse da empresa promotora do evento, o bilhete de ingresso deverá conter tipograficamente:

I - os números de ordem, o de vias e sua destinação;

II - o título, a data e o horário do evento;

III - o nome, o endereço, o número de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC e CNPJ ou CPF do promotor do evento;

IV - o valor do ingresso, mesmo que se trate de convite ou cortesia;

V - o valor do ISSQN incidente ou destaque da alíquota;

VI - o nome, o endereço e os números do CMC e CNPJ do impressor, o primeiro e o último número do ingresso, da série confeccionada e o número da AIDF.

§ 2º Os ingressos serão numerados em ordem crescente, e confeccionados, no mínimo, em duas vias ou seções sob a forma de talonário, preferencialmente com a seguinte destinação:

a) 1ª via ou seção - espectador.

b) 2ª via ou seção - promotor/fisco.

§ 3º Sempre que houver diferentes preços para o mesmo espetáculo, serão autorizadas tantas séries em ordem alfabética quantos forem os diferentes preços, as quais terão numeração distinta.

§ 4º Restando ingressos não vendidos, a empresa promotora deverá apresenta-los à repartição fiscal, a fim de serem confrontados com o valor do ISS recolhido, e posteriormente inutilizados, lavrando-se o competente termo no RUDFTO.

§ 5º A falta de apresentação, à repartição fiscal, dos bilhetes não vendidos, implicará na exigibilidade do imposto sobre serviço sobre o valor total dos ingressos confeccionados.

§ 6º Serão considerados inidôneos, os ingressos confeccionados em desacordo com as normas estabelecidas nesta Portaria, sujeitando-se o infrator as sanções previstas ao caso, além de ter a base de cálculo, do imposto sobre os serviços prestados, arbitrada.

§ 7º O bilhete de ingresso deverá ser confeccionado nos termos do modelo constante do Anexo I desta Portaria.

§ 8º. Para bilhetes de ingressos eletrônicos, fica dispensada a exigência de AIDF, desde que contenham, acumuladamente, as informações indicadas abaixo:

I – título, data, local e horário do evento;

II – nome, CNPJ ou CPF do promotor do evento;

III – valor do ingresso, mesmo que se trate de cortesia ou convite.

§ 9º. No caso de bilhetes de ingressos eletrônicos, deverão ser conservados, à disposição do Núcleo de Fiscalização e Lançamento de ISS, os borderôs contendo, no mínimo, a identificação das datas do evento e do horário da emissão do relatório, número ou código do ingresso, tipo respectivo valor e forma de pagamento, CNPJ da empresa responsável pela comercialização dos ingressos.

§ 10. Em caso de solicitação do Núcleo de Fiscalização e Lançamento de ISS, os promotores devem fornecer os dados de login e senha de acesso ao sistema de comercialização de bilhetes de ingressos eletrônicos.

Art.8º Os bilhetes de ingresso somente poderão ser impressos em estabelecimento gráfico habilitado, mesmo quando a impressão for realizada em tipografia do próprio contribuinte, após o preenchimento e entrega, pelo contribuinte ou seu representante legal do formulário Solicitação para Impressão de Documentos Fiscais - SIDF, e da emissão, pelo Núcleo de Cadastro Mobiliário, do documento de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF.

§ 1º O formulário SIDF será confeccionado pela Secretaria Municipal de Finanças e distribuído por seu Núcleo de Cadastro Mobiliário, aos estabelecimentos gráficos habilitados, o qual conterá as seguintes indicações:

I - denominação: Solicitação para Impressão de Documentos Fiscais (SIDF);

II - número de controle;

III - nome, endereço, números de inscrição municipal, estadual e CNPJ ou CPF do contribuinte;

IV - nome, endereço, número de inscrição municipal, estadual e CNPJ do estabelecimento gráfico;

V - tipo do documento fiscal série, subsérie, quando for o caso, forma de impressão gráfica, quantidade, numeração inicial e final, número de vias, e quantidade de notas por enfeixamento;

VI - observação de impressão obrigatória, em destaque, nos documentos fiscais;

VII - local e data do pedido, identificação e assinatura do responsável pelo estabelecimento solicitante;

VIII - identificação e assinatura do estabelecimento gráfico;

§ 2º A SIDF deverá ser protocolizada no Núcleo de Cadastro Mobiliário, em uma via, que terá o seguinte curso: NCM/ processamento/arquivo.

§ 3º A SIDF deverá ser preenchida observando-se o seguinte:

I - em se tratando de pessoa jurídica ou empresa individual, o requerimento deverá ser instruído com:

a) cópia do contrato social ou documento de constituição do contribuinte devidamente registrado no órgão competente;

b) cópia do Alvará de Funcionamento do Contribuinte e do CNPJ;

c) procuração, quando a SIDF for assinada por representantes legais do contribuinte e/ou estabelecimento gráfico.

II - em se tratando de pessoa física, o requerimento deverá ser instruído com as cópias dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade - CI ou de motorista;

b) CPF, caso não conste na CI;

c) comprovante de endereço atual;

d) procuração, quando a SIDF for assinada por representante legal do contribuinte ou do estabelecimento gráfico.

§ 4º A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) será expedida pelo Núcleo de Cadastro Mobiliário, após cumpridos todos os requisitos desta Portaria, e conterá as seguintes indicações:

I - denominação: Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF;

II - número de controle;

III - número de AIDF;

IV - número de SIDF;

V - nome, endereço, e CMC, Inscrição Estadual e CNPJ ou CPF do contribuinte;

VI - nome, endereço, e CMC, Inscrição estadual e CNPJ. do estabelecimento gráfico;

VII - tipo de documento, série, e subsérie quando for o caso, número inicial e final dos documentos a serem impressos, quantidade, número de vias e quantidade de notas por enfeixamento;

VIII - expressões de impressão obrigatória;

IX - data da autorização, nome e identificação do servidor responsável pela autorização;

X - data da entrega dos documentos impressos, identificação e assinatura do responsável pelo contribuinte a quem tenha sido feita a entrega dos documentos fiscais impressos;

XI - número, data e valor da nota fiscal emitida pelo estabelecimento gráfico pela execução do serviço;

§ 5º - A AIDF será emitida em 03 (três) vias, da seguinte forma:

I - 1ª via estabelecimento gráfico/NCMC/Estabelecimento Gráfico.

II - 2ª via. Contribuinte/arquivo.

III - 3ª via. NCM/arquivo.

§ 6 Se a AIDF não for utilizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua concessão, perderá a sua validade, devendo o contribuinte promover seu cancelamento junto ao Núcleo de Cadastro Mobiliário, mediante devolução das 1ªs e 2ªs via, nas quais constará declaração do estabelecimento gráfico de que não fez e nem fará a impressão.

§ 7º O estabelecimento gráfico entregará ao Núcleo de Cadastro Mobiliário, até o último dia útil do mês subsequente ao da data da AIDF, a 1ª via do documento fiscal confeccionado correspondente à cada AIDF, fazendo nela constar a observação: "documento fiscal cancelado" e apresentar a sua via da AIDF respectiva, com os campos X e XI tratados no § 4º deste artigo, devidamente preenchidos.

§ 8º O documento entregue será arquivado junto com a 3ª via da AIDF e 1ª via da SIDF.

§ 9º A AIDF somente será concedida a contribuinte que fizer prova de estar em dia com suas obrigações tributárias principal e acessórias.

Art. 9º Sem prejuízo das penalidades previstas neste regulamento e da competente ação penal, se cabível, será considerado inabilitado para a impressão de documentos fiscais o estabelecimento gráfico que:

I - descumprir a obrigação prevista no § 7º do artigo anterior;

II - imprimir documento fiscal de prestação de serviço, sem autorização do fisco municipal;

III - imprimir documento fiscal em desacordo com os modelos previstos na legislação, salvo nos casos de regime especial aprovado na forma regulamentar;

IV - imprimir elementos inexatos ou falsos em documentos fiscais;

V - estiver em débito para com a fazenda pública municipal;

VI - concorrer, de qualquer forma, para a prática de fraude ou sonegação, ainda que por terceiros.

§ 1º A inabilitação de estabelecimento gráfico é de competência do Secretário Municipal de Finanças, e será declarada através de portaria, por período mínimo de 12 (doze) meses.

§ 2º Se a inabilitação for declarada por período superior a 12 (doze) meses, decorrido o período mínimo e cessados os motivos que a determinaram, o estabelecimento gráfico poderá pleitear a sua reabilitação que, caso deferida, será declarada através de portaria.

§ 3º É vedada a concessão de autorização para impressão de documentos fiscais por estabelecimento gráfico inabilitado.

Art. 10 Os contribuintes obrigados à emissão de nota fiscal de serviço deverão fixar nos seus estabelecimentos, em local visível e de fácil acesso ao público, junto ao local de pagamento ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: "Este Estabelecimento Emite Nota Fiscal de Serviços Eletrônica".

§ 1º A mensagem de que trata o caput deste artigo deverá obedecer ao modelo constante do Anexo II desta Portaria.

§ 2º O contribuinte prestador de serviços de obras de construção civil ou hidráulicas, deverá individualizar, por obra, sua escrituração fiscal.

Art. 11. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa - NFS-e AVULSA é o documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em software próprio do Município de Uberlândia.

§ 1º A NFS-e AVULSA será autorizada para os seguintes prestadores de serviços:

I - pessoas físicas, cadastradas ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;

II - pessoas jurídicas não cadastradas e não estabelecidas no Município de Uberlândia;

III - pessoas jurídicas cadastradas como empresas comerciais ou industriais, mas que prestem serviços eventualmente.

§ 2º. Caso o contribuinte autônomo devidamente inscrito no CMC necessite emitir a NFS-e Avulsa deverá recolher o imposto incidente sobre os serviços prestados.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso III, do parágrafo anterior, durante cada exercício financeiro, poderão ser emitidas pela empresa 03 (três) NFS-e AVULSAS em meses consecutivos ou 05 (cinco) NFS-e AVULSAS em meses intercalados.

§ 4º A NFS - e AVULSA conterá as seguintes informações:

I - denominação "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica" Avulsa - NFS-e - AVULSA;

II - número sequencial;

III - data e hora da emissão;

IV - código de verificação de autenticidade;

V - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) endereço e telefone;

d) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes da Prefeitura Municipal de Uberlândia, quando for o caso.

VI - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) endereço e telefone;

d) e-mail;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, quando for o caso;

VII - discriminação dos serviços;

VIII - valor total da NFS-e AVULSA;

IX - valor da base de cálculo, alíquota aplicável e valor do ISSQN;

X - código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 5º O número da NFS-e AVULSA será gerado eletronicamente pelo sistema, em ordem crescente sequencial, a partir do número 01 (um) e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 6º A NFS-e AVULSA será emitida em 01 (uma) via que deverá ser entregue ao tomador de serviços.

§ 7º Para ter acesso ao sistema NFS-e AVULSA o prestador de serviços deverá solicitar o credenciamento no endereço eletrônico: [nfse.uberlandia.mg.gov.br](https://nfse.uberlandia.mg.gov.br).

§ 8º A NFS-e AVULSA e a respectiva guia de recolhimento do imposto serão emitidas online por meio do endereço eletrônico: [nfse.uberlandia.mg.gov.br](https://nfse.uberlandia.mg.gov.br).

I - A NFS-e AVULSA somente será considerada válida após a comprovação do recolhimento do imposto correspondente, mediante a baixa do débito por confirmação do pagamento pela instituição financeira;

II - A emissão da NFS-e AVULSA, bem como o seu envio ao tomador de serviços por e-mail, somente serão disponibilizados após a comprovação do recolhimento do imposto, nos termos do inciso anterior.

§ 9º. Para cada NFS-e AVULSA será emitida uma guia de recolhimento do ISSQN correspondente.

Art. 12 A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços pelos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, ainda que imune, isento, enquadrado no regime especial ou de alíquota fixa, ressalvando-se desta obrigatoriedade apenas aqueles que, pela legislação, forem dispensados da sua emissão.

§ 1º A NFS-e é o documento fiscal de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município, com o objetivo de registrar as operações sujeitas a tributação do ISSQN. A NFS-e será emitida on line por meio da internet, no endereço eletrônico: <https://nfse.uberlandia.mg.gov.br/#/->, com acesso pela certificação e assinatura digital no padrão da Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP Brasil – de pessoa jurídica dos

tipos A1 ou A3 e-CNPJ.

§ 2º O prestador de serviços obrigado a emitir NFS-e, assim como os que fizerem a opção pela sua utilização deverão emití-la para todos os serviços prestados.

§ 3º Os modelos da NFS-e encontram-se nos Anexos III e IV desta Portaria.

§ 4º Os contribuintes que exercem as atividades abaixo indicadas, desde que formalmente autorizados pelo Núcleo de Fiscalização e Lançamento de ISS, mediante prévio requerimento protocolizado no Núcleo de Protocolo do Município de Uberlândia, poderão emitir Nota Fiscal Eletrônica pela somatória dos serviços prestados, da seguinte forma:

I - subitem 21.01, da Lista de Serviços do Anexo constante da Lei Complementar nº 336, de 2003 e suas alterações - semanalmente;

II - subitem 22.01, da Lista de Serviços do Anexo constante da Lei Complementar nº 336, de 2003 e suas alterações - mensalmente;

III - as empresas integrantes do Consórcio de Estacionamento Rotativo de Uberlândia prestadoras dos serviços descritos no subitem 11.01, da Lista de Serviços do Anexo constante da Lei Complementar nº 336, de 2003 e suas alterações - mensalmente.

§5º. O requerimento de que trata o § 4º deste artigo deverá ser formalizado pelo representante legal do contribuinte, ou procurador por ele constituído, acompanhado do recolhimento da taxa de expediente.

§6º As disposições constantes nos §§ 4º e 5º deste artigo, não excluem a obrigação dos contribuintes indicados nos incisos do §4º deste artigo de fornecerem a nota fiscal individualizada para aqueles tomadores que assim solicitarem, devendo abater o valor correspondente da nota fiscal global.

§7º A autorização concedida para a emissão de nota fiscal global de que trata o § 4º deste artigo, poderá ser cancelada, a qualquer tempo, a critério do Núcleo de Fiscalização e Lançamento de ISS, mediante a devida notificação do contribuinte.

Art. 13 A NFS-e deverá conter as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora de emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) endereço eletrônico e-mail;

d) número do telefone;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

f) inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC.

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) endereço eletrônico e-mail;

d) número do telefone;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - código do serviço e código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

VII - discriminação do serviço, contendo informação detalhada da atividade realizada;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução, se houver;

X - valor da base de cálculo, da alíquota aplicável e do valor do ISSQN;

XI - indicação da prestação de serviço tributada com alíquota fixa anual, quando for o caso;

XII - identificação da imunidade ou da isenção relativa ao ISSQN, quando for o caso;

XIII - indicação do serviço não tributável pelo Município de Uberlândia, quando for o caso;

XIV - identificação de opção do Simples Nacional, quando for o caso;

XV - identificação de retenção do ISS na fonte, quando for o caso;

XVI - indicação do número para sorteio de prêmio, se for o caso;

XVII - outras indicações previstas na legislação municipal.

XVIII – o número do código da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART e o número da matrícula 12.0 Cadastro Nacional de Obras-CNO, no caso de construção civil.

XIX – outras indicações previstas na legislação municipal.

§ 1º O número da NFS-e será gerado eletronicamente pelo sistema, em ordem crescente sequencial e específico para cada estabelecimento prestador de serviços.

§ 2º A identificação do prestador de serviços como incentivador e outras informações adicionais deverão constar no campo de observações da NFS-e.

§ 3º O Secretário Municipal de Finanças, por meio de Portaria, poderá fixar o valor do limite máximo para emissão de nota fiscal com ausência de identificação do tomador dos serviços, bem como determinar as atividades cujos contribuintes estarão obrigados, sem exceção de valor, a informar os dados do tomador dos serviços quando da emissão da NFS-e.

§ 4º A nota fiscal de serviços deverá ser emitida individualmente por alíquota incidente sobre serviços prestados, sendo vedada a consignação, em um mesmo documento fiscal, de serviços sujeitos a alíquotas diversas, exceto para as empresas optantes pelo Simples Nacional.

§ 5º Os contribuintes que desenvolvem atividade de prestação de serviços e fornecimento de mercadorias deverão emitir em separado a NFS-e para os serviços prestados e nota fiscal de venda para o fornecimento de mercadorias.

Art.14. A emissão de NFS-e somente poderá ser feita após a autorização da Secretaria Municipal de Finanças e da efetiva inscrição do prestador de serviços no SIAT – Sistema Integrado de Administração Municipal.



Art. 15. No caso de eventual impedimento da emissão on line da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS utilizando o Sistema emissor de RPS, conforme modelo disposto nos Anexos V e VI desta Portaria.

§ 1º O RPS deverá ser transmitido para a Secretaria Municipal de Finanças até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, para fins de conversão em NFS-e.

§ 2º A não conversão do RPS em NFS-e ou a sua conversão fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços à multa estabelecida no art. 73 caput da Lei nº 1448, de 1966.

§ 3º O RPS deverá ser emitido em 02 (duas) vias, contendo todos os dados que permitam a sua substituição pela NFS-e, sendo a 1ª via destinada ao tomador de serviços e a segunda para o emitente.

§ 4º O RPS deverá ser numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um), para cada sujeito passivo.

§ 5º A Secretaria Municipal de Finanças poderá autorizar, em regime especial, a emissão de RPS a cada prestação de serviços, devendo o contribuinte efetuar a sua conversão em NFS-e mediante a transmissão em lote dos RPSs emitidos.

§ 6º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o RPS será elaborado e impresso em sistema próprio do contribuinte, com a reprodução das informações e dados constantes nos Anexos V e VI desta Portaria, sendo vedada a impressão da denominação ou titulação de Nota Fiscal no RPS emitido.

§ 7º A confecção e a impressão do RPS nos termos deste artigo somente poderão ser realizadas após autorização on line, pela Secretaria Municipal de Finanças, solicitadas por meio de requerimento, para atender as demandas dos grandes prestadores de serviços.

§ 8º O RPS emitido na forma deste artigo deverá ser transmitido diariamente ao Sistema da Secretaria Municipal de Finanças para fins de conversão em NFS-e.

§ 9º O prestador de serviços autorizado ao uso da sistemática prevista neste artigo, poderá enviar um RPS com a informação de cancelamento de RPS já processado, para fins de cancelamento da NFS-e correspondente.

§ 10 O procedimento previsto no § 9º deste artigo somente poderá ser realizado antes da data do vencimento ou do pagamento do imposto correspondente, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Art. 16. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema emissor, nas seguintes hipóteses:

I – quando o serviço não houver sido efetivamente prestado; e

II – quando houver duplicidade na emissão da NFS-e.

§ 1º Após o pagamento ou a data do vencimento do ISSQN correspondente, a NFS-e somente poderá ser cancelada por autorização da Secretaria Municipal de Finanças, a ser concedida em processo administrativo, por solicitação do prestador de serviços e juntada o aceite/declaração do tomador de serviços.

§ 2º No caso de autorização do cancelamento da NFS-e conforme disposto no § 1º deste artigo, a compensação ou restituição do imposto já recolhido poderá ser efetuada nos termos da legislação em vigor.

§ 3º O cancelamento da NFS-e pelo emitente, para efetivar-se, dependerá de aceite do tomador dos serviços identificado na nota fiscal, por meio do Sistema da NFS-e, no mesmo prazo assinalado no caput deste artigo.

§ 4º O Secretário Municipal de Finanças, por meio de Portaria, poderá disciplinar sobre a dispensa do aceite do tomador para efetivação do cancelamento da NFS-e, quando o valor da Nota Fiscal emitida for inferior àquele definido em Portaria.

Art. 17. A NFS-e poderá ser substituída, mediante seu cancelamento e emissão de nova nota fiscal da mesma espécie, caso haja erro de preenchimento nos seus dados, desde que efetivada antes do pagamento ou da data do vencimento do ISSQN correspondente, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Parágrafo único. Após o prazo definido no caput deste artigo, o contribuinte deverá realizar o cancelamento da nota fiscal de serviços eletrônica emitida erroneamente, mediante processo administrativo, e emitir uma nova nota, obedecendo as normas disciplinadoras dos procedimentos de cancelamento da nota fiscal de serviços eletrônica e do respectivo pedido de compensação ou restituição do imposto recolhido.

Art. 18. As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Uberlândia, enquanto não transcorrer o prazo decadencial para lançamento do ISS.

Parágrafo Único - Após o transcurso do prazo previsto no caput deste artigo, a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante requerimento de envio de arquivo em meio eletrônico, apresentado perante o Núcleo de Protocolo, com o recolhimento da taxa correspondente.

Art. 19 O documento fiscal de serviço emitido sem a observância ao disposto nesta Portaria, para os contribuintes obrigados a utilizar a NFS-e, será considerado inidôneo e sujeitará o responsável às multas previstas na legislação municipal, sem prejuízo do pagamento do imposto incidente sobre o serviço.

Art. 20. O recolhimento do ISS relativo aos serviços consignados através da NFS-e deverá ser feito exclusivamente por meio da guia para pagamento gerada pelo sistema da NFS-e disponível no endereço eletrônico [https:// nfse.uberlandia.mg.gov.br](https://nfse.uberlandia.mg.gov.br).

Art. 21 Os tomadores de serviços são obrigados a informar a Secretaria Municipal de Finanças todos os serviços tomados que sejam materializados em documentos diversos da NFS-e, como notas fiscais de serviços ou qualquer outro documento fiscal equivalente.

Parágrafo único. A obrigação prevista no caput deste artigo deverá ser cumprida por meio de software disponibilizado na internet no endereço eletrônico <https:// nfse.uberlandia.mg.gov.br>.

### CAPÍTULO III DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 22 Conforme autoriza o artigo 10-E da Lei Complementar nº 336, de 2003 e suas alterações, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser fixado por regime especial de fiscalização com base na estimativa, a requerimento do interessado ou a critério do fisco, quando:

I - a atividade for exercida em caráter provisório;

II - a espécie modalidade ou volume de negócios e a atividade do prestador de serviço, a critério do fisco, aconselham tratamento fiscal específico;

III - o prestador de serviço não tiver condição de emitir documentos fiscais ou for de rudimentar organização;

IV - o prestador de serviços reiteradamente deixar de cumprir, com regularidade, as obrigações principais ou acessórias previstas na legislação.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, considera-se de caráter provisório a atividade cujo exercício seja de natureza temporária ou esteja relacionada com fatores ou acontecimentos ocasionais e esporádicos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antes do início da atividade.

§ 3º Considerando as hipóteses elencadas nos incisos deste artigo, o Secretário Municipal de Finanças periodicamente especificará, através de ato normativo, os ramos de serviços e tipos de estabelecimentos que poderão ser enquadrados no regime especial de fiscalização com base na estimativa.

Art. 23 A solicitação para enquadramento no regime especial de fiscalização com base na estimativa será formalizada em impresso próprio, conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças, em duas vias, e conterá:

I - nome do documento: Solicitação para Enquadramento no Regime Especial de Fiscalização com Base na Estimativa (SERE);

II - razão social, endereço, inscrição municipal, estadual e no CNPJ, do requerente;

III - ramo de atividade;

IV - código do serviço prestado;

V - faturamento obtido nos últimos 12 (doze) meses de efetivo exercício operacional anteriores ao pedido, ou, em se tratando de empresa em funcionamento a menos de ano, o de período correspondente;

VI - despesas operacionais como: aluguel, água, energia elétrica, telefone, imposto e taxas, materiais de consumo, salários, encargos sociais, honorários e retiradas, dos 12 (doze) últimos meses de efetivo exercício operacional, anteriores ao pedido ou, em se tratando de empresa em funcionamento a menos de ano, a do período correspondente;

VII - outras despesas;

VIII - número de empregados;

IX - número de sócios;

X - período do enquadramento;

XI - nome, assinatura e CPF do requerente;

XII - nome, assinatura e matrícula do responsável pela análise e fixação da estimativa.

Art. 24 Para fins de fixação do regime especial de fiscalização com base na estimativa, serão considerados, cumulativamente ou isoladamente, os elementos seguintes:

I - o preço corrente do serviço na praça;

II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - a receita auferida nos meses imediatamente anteriores ao pedido;

IV - a receita auferida por outros prestadores de serviços de atividades idênticas ou semelhantes;

V - o valor das despesas gerais do requerente durante os últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao pedido;

VI - outros elementos que dispuser o fisco.

§ 1º O enquadramento no regime especial de fiscalização com base na estimativa deverá ser concedido por período mínimo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, sucessivamente, caso não haja manifestação formal do fisco ou do prestador de serviços.

§ 2º A base de cálculo estimada para o ISS será expressa em moeda corrente.

§ 3º Estabelecido o valor da estimativa, este constituirá lançamento definitivo do imposto, ressalvado o que dispõe o parágrafo seguinte.

§ 4º O fisco poderá, a qualquer tempo, rever o valor estimado ou cancelar a aplicação do regime, mesmo no curso do período considerado, mediante apuração de relevante fato novo;

§ 5º Até 30 (trinta) dias anteriores ao término de cada período fixado para o regime especial de fiscalização com base na estimativa, poderá o prestador de serviços manifestar-se quanto a sua manutenção no regime ou sobre o valor estimado, para o período subsequente, apresentando, para cada caso, seus fundamentos.

Art. 25 Os prestadores de serviços enquadrados no regime especial de fiscalização com base na estimativa, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do despacho ou do ato de seu enquadramento, poderão expressamente impugnar o ato ou a base de cálculo fixada, em documento que contenha:

I - as razões de fato e de direito sobre a sua discordância;

II - demonstrativo de receita e despesa, relativas aos últimos 12 (doze) meses de efetivo exercício operacional imediatamente anteriores à reclamação, detalhando os valores de cada item;

III - o valor da base de cálculo que reputar justo para seu enquadramento.

§ 1º A impugnação deverá ser protocolizada no Núcleo de Protocolo, dirigida a Diretoria de Fiscalização e Lançamento Tributário a quem competirá decidir quanto ao caso.

§ 2º Será tida como inepta e determinado seu arquivamento, a impugnação apresentada sem os elementos relacionados nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º A impugnação prevista neste artigo não terá efeito suspensivo, e se julgada procedente retroagirá ao mês de seu protocolo, devendo a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, ser aproveitada nos pagamentos seguintes, ou restituída, se for o caso.

§ 4º O prestador de serviços, enquadrado no regime especial de fiscalização com base na estimativa, terá acesso às análises fiscais que fundamentarem o indeferimento de suas reclamações ou pretensões.

Art. 26 Da decisão referida no artigo anterior, caberá pedido reconsideração, ao Diretor de Fiscalização e Lançamento Tributário, nos termos instituídos pela Lei nº8814, de 2004 e alterações.

Art. 27 O prestador de serviços, enquadrado no regime especial de fiscalização com base na estimativa, poderá ser dispensado da emissão de documentos fiscais, desde que expressamente autorizado pela autoridade competente.

§ 1º A dispensa tratada no caput deste artigo não exime o prestador de serviços ao cumprimento das demais obrigações acessórias, estabelecidas na legislação em vigor, e não se aplica na hipótese do tomador do serviço solicitar o documento fiscal.

§ 2º Quando o contribuinte estiver enquadrado no regime especial de fiscalização com base na estimativa, não será permitida a



compensação, em mês posterior, de valor excedente ao valor estimado.

#### CAPÍTULO IV DA GUIA DE RECOLHIMENTO

Art. 28 O pagamento do Imposto será feito mediante guia de recolhimento, de emissão do próprio contribuinte, na qual constarão os seguintes elementos:

I - nome ou razão social do contribuinte;

II - endereço do estabelecimento;

III – modalidade do imposto;

IV - mês a que se refere o recolhimento;

V – movimento econômico;

VI - valor do imposto a ser recolhido, inclusive multa, juros e atualização monetária, se já devidos.

Art. 29 Os profissionais autônomos, liberais e os demais contribuintes que se sujeitam ao lançamento de ofício recolherão o imposto por meio de guia encaminhada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 30 O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza será recolhido até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, salvo os lançamentos ex officio, cujo prazo será até o dia 31 de março de cada ano, ou no ato da inscrição, se for o caso.

§1º. Caso o 15º dia ocorra em feriados, sábado ou domingo o recolhimento deverá ser feito de forma antecipada.

§2º. Tratando-se de lançamento ex officio do imposto de que trata o caput deste artigo, a importância a recolher será proporcional ao requerimento, tomando-se por base a trimestralidade.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 31. A partir de 1º de Julho de 2024 todos os contribuintes deverão emitir notas fiscais com QR Code, salvo as avulsas.

Art. 32. Fica revogada a Portaria nº 23 de 24 de outubro de 2023.

Art. 33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Uberlândia, 11 de junho de 2024.

HENCKMAR BORGES NETO  
Secretário Municipal de Finanças

## LICITAÇÃO PÚBLICA

### EDITAIS, AVISOS E COMUNICADOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 246/2024  
COMPRASNET Nº. 90246/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021  
PARTICIPAÇÃO COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM E POR GRUPO"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA -  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - Objeto:  
Contratação de serviços de locação, montagem e desmontagem de

estruturas, recreação, equipamentos de som, vídeo e iluminação, para os eventos realizados ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.378.108,18. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 02/07/2024, às 09h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). UASG: 926922.

Uberlândia-MG, 11 de junho de 2024

MARIA BARBOSA POLICARPO  
Diretora de Compras

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 267/2024

COMPRASNET Nº. 90267/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021  
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA -  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Objeto: Futura e eventual aquisição de medicamentos de uso humano (clindamicina e outros). VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.335.662,00. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 01/07/2024, às 09h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). UASG: 926922.

Uberlândia-MG, 10 de junho de 2024.

MARIA BARBOSA POLICARPO  
Diretora de Compras

## JUSTIFICATIVAS

#### JUSTIFICATIVA

OBJETO: Celebração de Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, inscrita no CNPJ nº 21.243.662/0001-62. O objetivo é a transferência de recursos financeiros para a realização da Festa do Congado no ano de 2024, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

As organizações da sociedade civil detêm destacada experiência e conhecimento sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais e de garantia de direitos, sendo de relevante interesse público suas atividades.

A partir dessa colaboração é possível qualificar políticas públicas e promover sua aderência às demandas dos cidadãos. A presença da sociedade civil no ciclo de gestão das políticas públicas coloca em relevo a participação como instrumento necessário de gestão pública que, ao apontar direções e criar consensos e prioridades para ação estatal, contribui para o salto pretendido entre a igualdade formal, jurídico-legal ("todos iguais perante a lei"), e a igualdade material, econômica.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 215, assegura que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais", portanto, competindo também ao Município, como ente federativo, propiciar a consecução desta garantia.

Dessa forma, os arranjos institucionais devem propiciar uma atuação colaborativa entre Administração Pública e sociedade civil, ampliando o alcance, a diversidade e a capilaridade das políticas públicas, diante da enorme complexidade dos problemas sociais, especialmente no tocante às populações vulneráveis.

Sob essa ótica, a abertura de espaço dentro da Administração Pública para a participação da sociedade civil é fundamental para a formulação, monitoramento, execução e fiscalização das políticas públicas.